



**UnB | CEAM**

Centro de Estudos  
Avançados Multidisciplinares

**ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, INFÂNCIA, JUVENTUDE E  
DIVERSIDADE EPPIJD**

**MAURA LUCIANE C. SOUZA**

**A EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA ESCOLA DA TERRA COMO POLÍTICA  
PÚBLICA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFISSIONAIS QUE  
ATUAM EM ESCOLAS DO CAMPO DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO  
DISTRITO FEDERAL**

**BRASÍLIA, DF  
2020**

**MAURA LUCIANE C. SOUZA**

**A EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA ESCOLA DA TERRA COMO POLÍTICA  
PÚBLICA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFISSIONAIS QUE  
ATUAM EM ESCOLAS DO CAMPO DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO  
DISTRITO FEDERAL**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Centro de Estudos  
Avançados Multidisciplinares da  
Universidade de Brasília para a obtenção  
do título de Especialização em Políticas  
Públicas, Infância, Juventude e  
Diversidade, sob orientação da  
Professora Dra. Clarice Santos.

**PROFESSORA DRA. CLARICE SANTOS**

**BRASÍLIA, DF  
2020**

## RESUMO

Este trabalho teve como objetivo compartilhar a experiência concebida, coletivamente, no processo de implantação do Programa de formação continuada Escola da Terra-DF, a partir da oferta do curso de formação continuada de professores e professoras que atuam nas escolas do campo da rede pública distrital de ensino, entre 2018 e 2019. A ação se materializou por meio de articulação tripartite, regime de colaboração e parceria entre o Ministério da Educação do Brasil, a Universidade de Brasília - UnB/FUP e a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, Brasília, Brasil. Esse empreendimento envolveu caminhos para a sensibilização e mobilização da rede de escolas do campo e suas instâncias decisórias, realização de ajustes necessários, reconhecimento das contradições e possibilidades, planejamento de ações contextualizadas e o fomento da construção coletiva. A perspectiva metodológica da Alternância Pedagógica se apresenta como caminho e desafio institucional, assim como o acompanhamento pedagógico na dinâmica territorial e de funcionamento das escolas do campo. A busca de inter-relações entre a matriz curricular do curso, a diversidade e pluralidade das áreas do conhecimento, os graus de complexidade da Educação do Campo e o acúmulo das vivências e práticas pedagógicas das educadoras e educadores das escolas do campo/cursistas são elementos constitutivos desse percurso formativo. A apresentação da presente experiência passa, preliminarmente, pelo contexto de constituição e implementação da política pública de Educação Básica do Campo no âmbito do governo do Distrito Federal, no qual é possível constatar importantes avanços, incluindo os relativos à formação continuada. Entretanto, a relação entre os diversos elementos revela fragilidades, limitações e possibilidades consubstanciadas em marcos regulatórios recentes e a se conquistar.

**Palavras-chave:** Educação do Campo. Formação Continuada. Alternância e Política Pública.

## ABSTRACT

This work aimed to share the experience conceived, collectively, in the implantation process of the Continuing Education Program Escola da Terra-DF, from the offer of the continuing education course of teachers who work in schools in the field of the public district network between 2018 and 2019. The action materialized through tripartite articulation, collaboration and partnership between the Ministry of Education of Brazil, the University of Brasilia de Planaltina - UnB / FUP and the State Department of Education of the District Federal, Brasilia, Brazil. This undertaking involved ways to raise awareness and mobilize the network of field schools and their decision-making bodies, making necessary adjustments, recognizing contradictions and possibilities, planning contextualized actions and promoting collective construction. The methodological perspective of Pedagogical Alternation presents itself as an institutional path and challenge, as well as pedagogical monitoring in the territorial dynamics and functioning of field schools. The search for interrelationships between the curricular matrix of the course, the diversity and plurality of areas of knowledge, the degrees of complexity of Field Education and the accumulation of experiences and pedagogical practices of teachers in field schools / course participants are elements constitutive of this formative path. The presentation of the present experience goes, preliminarily, through the context of constitution and implementation of the public policy of Basic Education of the Field within the scope of the Federal District government, in which it is possible to verify important advances, including those related to continuing education. However, the relationship between the various elements reveals weaknesses, limitations and possibilities embodied in recent regulatory milestones to be conquered.

**Keywords:** Field Education. Continuing Education. Alternation and Public Policy.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	6
2. MATERIAIS E MÉTODOS .....	12
3. A FORMAÇÃO CONTINUADA DE EDUCADORAS E EDUCADORES: REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO DO CAMPO DO DF .....	13
3.1. Resultados e Discussão .....	13
3.1.1. Contextualização da Construção da Política Pública de Educação do Campo no Distrito Federal .....	16
3.1.2. Desafios da Gestão da Política Pública de Educação do Campo no DF .....	21
3.1.3. Implementação da Formação Continuada em Educação do Campo na SEEDF.....	24
3.1.3.1. Marco Normativo .....	24
3.1.4. Breve Leitura do Perfil dos Sujeitos da Formação Continuada.....	27
4. ESCOLA DA TERRA DF – PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DAS ESCOLAS DO CAMPO DA SEEDF .....	29
4.1. Os Registros das Narrativas dos Cursistas e Conexões com o Problema.....	33
4.2. Conquistas para a Rede Pública de Ensino do DF .....	37
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	40
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	41

## 1. INTRODUÇÃO

A Educação do Campo é reconhecida como uma Modalidade de Ensino da Educação Básica.

Nesses 20 anos da Educação do Campo, os movimentos sociais radicalizaram o direito à educação como formação humana plena e radicalizaram a função docente-educadora para além da garantia do direito apenas a aprender. Formar o educador do campo é muito mais exigente do que formar o docente. É a lição que vem das lutas dos movimentos sociais do campo por formação específica como educadores do campo, indígenas, quilombolas, das águas, das florestas (ARROYO, 2018).

O processo de formação de profissionais da educação no Distrito Federal percorreu um caminho significativo materializado, de forma mais sistemática, com a criação, em 1988, da Escola de Aperfeiçoamento de Pessoal (EAPE).

A concepção de formação continuada como atividade fundamental para o desenvolvimento do Estado em seu sentido mais amplo e comprometida com a escola pública referenciada na qualidade social, assume o objetivo de pautar teórica e conceitualmente os debates, as ações de formação e as demais articulações que se fizerem necessárias ao fortalecimento da gestão escolar democrática, do trabalho pedagógico integrado, da coordenação pedagógica, do currículo em movimento da educação básica, entre outros documentos orientadores das escolas públicas da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF).

A formação continuada em Educação do Campo, em acordo com seus princípios fundantes, matrizes e diretrizes normativas, nasce na Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais de Educação (EAPE) em 2012, com a oferta do primeiro curso de formação continuada em Educação do Campo pela referida Escola, com o objetivo de levar às escolas o debate que se iniciava no nível central da SEEDF, por meio do Diagnóstico da Educação do Campo, produzido no mesmo ano, bem como de encontros pedagógicos com gestores realizados pelo então, Núcleo de Educação do Campo da Subsecretaria de Educação Básica (SUBEB).

A mencionada experiência revelou três conclusões: a) as denominadas escolas rurais ficam distantes do centro urbano (algumas a mais de 50 km) e os horários de entrada e saída dificultam ou impossibilitam a frequência dos professores no curso; b) seria necessário ampliar a carga horária, pois, segundo os cursistas, as temáticas tratadas demandavam um tempo maior para discussão e aprofundamento; c) a formação seria

ferramenta imprescindível para a construção da política pública de Educação do Campo do DF e, para tanto, deveria ter sua oferta ampliada para todas as Coordenações Regionais de Ensino, adotando estratégias pedagógicas singulares que atendam às especificidades das escolas e dos profissionais que nela atuam.

O primeiro curso aplicando a metodologia da Pedagogia Alternância na formação continuada em Educação do Campo da EAPE ocorreu em 2013, organizado em dois tempos formativos integrados: o tempo formação – quando participaram de palestras, oficinas e debates – e o tempo escola/comunidade – quando desenvolveram ações junto às respectivas comunidades escolares e retornariam em um seguinte encontro com a apresentação de relatórios dessas ações desenvolvidas, articulando conhecimentos científicos, filosóficos, culturais e técnicos como ferramentas para problematizar a realidade e modificá-la.

A formação continuada e acompanhada em Alternância pressupõe tempos formativos integrados e concentrados de estudo, organizados em: tempo estudo em imersão (TE) e tempo escola-comunidade ou intervenção (TC), em que a ampliação e a integração de tempos/espços de formação devem constituir a base do processo.

Na integração entre os dois tempos/espços de formação mantém-se o vínculo do educador com a sua realidade, o que permite que ele desenvolva uma visão integradora e articulada dos conhecimentos, rompendo a separação entre teoria e prática, para construir uma visão de totalidade, o que possibilitará que o seu trabalho não se torne fragmentado ou desvinculado da realidade social em que está inserido. Pois a fragmentação está não apenas entre disciplinas, mas entre elas e a vida.

No que se refere à organização e ao funcionamento das Escolas do Campo, a Alternância pode ser compreendida como princípio, metodologia ou prática pedagógica.

Nesse sentido, o princípio da Alternância, em que a ampliação dos tempos/espços de formação deve constituir a base da ação educativa/formativa, tem no horizonte desafios e estratégias pedagógicas que busquem garantir: a construção da pedagogia da ação, vinculada ao movimento social e ao mundo do trabalho; o protagonismo dos cursistas e de suas escolas; a auto-organização do individual à inserção na dimensão coletiva, criando possibilidades de organização do trabalho coletivo; o trabalho como princípio educativo; a sistematização e socialização dos conhecimentos construídos na práxis pedagógica; o estabelecimento/formalização de parcerias com outros órgãos e instituições públicas; e o

cumprimento das Estratégias nº 8.24 e 8.25 da Meta 8 do Plano Distrital de Educação<sup>1</sup> (PDE, 2015), quais sejam, respectivamente:

Garantir formação específica para os profissionais da educação do campo; Implantar políticas, por meio de parceria entre a Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação – EAPE, escolas técnicas e instituições de ensino superior – IES públicas, de formação inicial e continuada aos profissionais da educação que atuam na educação do campo, com vistas a atender aos objetivos e às metas deste Plano, como condição necessária a todos os profissionais da educação que atuam ou venham a atuar em escolas do campo, ficando estabelecido o prazo de 4 anos para aqueles já em exercício nessa modalidade de ensino e 1 ano tanto para os processos de remanejamento quanto para empossados em virtude de concurso público (PDE, 2015, p. 31).

A formação continuada em Educação do Campo da SEEDF está ancorada em normativas federais, como a Resolução CNE/CEB nº 01, de 3 de abril de 2002, que institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, com base no Parecer no 36/2001; a Resolução CNE/CEB nº 02/2008, que estabelece as Diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento da Educação Básica no Campo; o Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009, que institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica e disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no fomento a programas de formação inicial e continuada; a Resolução CNE/CEB nº 04, de 13 de julho de 2010 - que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica e institui a Modalidade de Ensino da Educação do Campo; o Decreto nº 7.352, de 04 de novembro de 2010, que dispõe sobre a Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA); a Portaria nº 86, de 1º de fevereiro de 2013, que institui o Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO) e define suas diretrizes.

---

<sup>1</sup>PDE/DF disponível em:

[http://www.educacao.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2018/01/pde\\_site\\_versao\\_completa.pdf](http://www.educacao.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2018/01/pde_site_versao_completa.pdf)



E no âmbito distrital: o Currículo em Movimento para a Educação Básica (2014); a Lei 4.751/2012, de Gestão Democrática do Sistema de Ensino Público; o Plano Distrital de Educação, aprovado pela Lei nº 5.499, de 14 de julho de 2015, que apresenta a Meta 8 como garantia do direito à Educação Básica a toda população camponesa do DF; o Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, de 2015; as Diretrizes de Formação Continuada da SEEDF/EAPE, de 2018; a Portaria nº 419, de 20 de dezembro de 2018, que institui a política de Educação Básica do Campo no âmbito da SEEDF e as Diretrizes Pedagógicas da Educação Básica do Campo da Rede Pública de Ensino do DF, aprovadas pelo Parecer CEDF nº 140/2019 e publicadas pela Portaria SEEDF nº 224/2019.

Segundo dados do Censo Escolar do Distrito Federal de 2019, são 79 Unidades Escolares do Campo, distribuídas em 9 Coordenações Regionais de Ensino - CRE, com 2.195 professores atuantes nessas unidades escolares do campo, sendo 1.573 efetivos e 622 substitutos, em regime de contratação temporária, inseridos num contexto de baixa abrangência da formação continuada, revelando lacunas na oferta dessa política, a qual deve se vincular às lutas por direitos, compreendendo ser ela mesma um direito a ser garantido pelo Estado aos(as) educadores(as).

Na perspectiva de contribuir para a promoção do acesso, permanência e elevação da qualificação docente, das condições do trabalho pedagógico dos profissionais, das escolas e das aprendizagens dos estudantes do ensino fundamental matriculados nas escolas do campo e quilombolas, bem como para a ampliação da oferta de espaço/tempo inerentes à política de formação continuada, na condição de um processo emancipador e permanente de desenvolvimento profissional e pessoal destinado às trabalhadoras e aos trabalhadores da educação que atuam nas unidades escolares do campo do DF, foi implementado, entre 2018 e 2019, o **Curso de Formação Continuada, no âmbito do Programa Escola da Terra**, por meio de parceria institucional celebrada entre o MEC, a UnB e a SEEDF. O programa foi instituído pela Portaria MEC/SECADI nº 579/2013, e constitui uma Ação constante no Eixo nº 1- Gestão e Práticas Pedagógicas do Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO), instituído em 2012.

O curso, cerne deste estudo, foi desenvolvido lançando mão da metodologia da Alternância, conforme consta no Plano de Trabalho firmado entre a Fundação Universidade de Brasília e o Ministério da Educação, com o cumprimento da carga horária de 120 horas de Tempo Escola (TE) e 60 horas de Tempo Comunidade (TC).

As atividades de Tempo Escola e Tempo Comunidade foram estrategicamente desenvolvidas de modo a possibilitar, entre outros aspectos, um diálogo franco entre a vivência dos professores nas escolas do campo do DF e o processo de formação, no qual as ações de aprofundamento teórico-práticas tiveram como objetivo o debate sobre o cotidiano da escola do campo e sua relação com a comunidade e seu território.

Assim como há necessidade de transformação da forma escolar no processo de implementação de uma Educação do Campo significativa, conectada com a realidade de seus sujeitos e modo de vida camponês, ou seja, que promova a ligação do currículo com a vida, é fundamental considerar as especificidades e demandas trazidas pelos profissionais que atuam no percurso desse processo, sobretudo, no que tange à política de formação continuada.

A forma conservadora e tradicional, impregnada nas normativas existentes na SEEDF, assim como em grande parte do sistema de ensino brasileiro, engessa a ação formativa. O desenvolvimento da referida política pública de formação, via de regra, dificulta o acesso dos profissionais envolvidos, dadas as grandes distâncias a serem percorridas entre as escolas do campo e os espaços formais que, via de regra, centralizam a oferta, mesmo quando realizada nas Coordenações Regionais de Ensino, em decorrência do horário/tempo exíguo de coordenação pedagógica, ausência de transporte público e estradas adequadas, o que dificulta o deslocamento e, conseqüentemente, a participação.

A SEEDF, ao homogeneizar as escolas (urbanas e do campo) sob as mesmas regras e normas legais, cria dificuldades até então intransponíveis para que os(as) educadores(as) acessem a formação continuada, sobretudo em formatos coletivos e em alternância pedagógica, assim como para que se mantenha um diálogo direto com as escolas, pois a ressignificação do trabalho pedagógico só pode ser materializada pelas e nas escolas, de forma coletiva e interdisciplinar, tornando-se imprescindível a oferta de formação que dialogue com as realidades das mesmas.

Portanto, ao expor o descompasso existente entre as disposições legais e a efetivação dessa legislação nas escolas, a realidade da política de formação docente-educador revela, segundo Arroyo (2018), motivações que remetem a um novo momento de luta, ensejado pela necessidade de alinhamento entre o que se produziu enquanto legislação nessa área e as formas como são aplicadas pelos sistemas de ensino do país, focando-se, neste estudo, no contexto da formação em Educação do Campo do Distrito Federal. A isso se soma o desconhecimento da realidade do campo, pois enquanto a

referida legislação é tratada e aplicada na lógica do “universal”, a especificidade não é considerada.

Diante das questões consideradas, deparamo-nos com as seguintes questões:

Que especificidades da realidade vivenciada pelos cursistas se destacaram nas experiências?

Quais são os perfis desses sujeitos que os caracterizam nesta experiência?

Qual foi o impacto do Programa/curso em relação à ampliação do acesso à formação continuada, com foco no monitoramento do cumprimento das estratégias específicas da Meta 8 do PDE? Rastreamento hipóteses em busca de respostas, torna-se fundamental realizar levantamento e análise preliminar de documentos normativos e diretrizes da esfera federal e, especialmente, do GDF, visando contribuir com subsídios técnico-pedagógicos para revisões, atualizações e/ou aprimoramento da política e legislação vigentes, concernentes à Educação Básica do Campo, que norteiam a formação continuada na rede pública de ensino do Distrito Federal.

É importante ressaltar que a Educação do Campo exige um projeto educacional que reconheça outras matrizes formadoras que acontecem no campo, como o trabalho na terra como formação humana, as lutas por terra, por vida como processos formadores. Reconhecer essa materialidade do viver como matrizes formadoras traz, para os currículos de formação das educadoras e educadores do campo, a necessidade de compreender as condições materiais “do viver” dos educandos nas escolas do campo. Reconhecer as resistências como matrizes formadoras, resistir por se libertar de condições de um sobreviver desumanizante e lutar por terra, trabalho, pela agricultura camponesa é formador, humanizante. Que saberes e conhecimentos podem fortalecer essas lutas por dignidade e efetivação de direitos básicos? Que articulações poderiam haver na escola, nos currículos das escolas do campo com as famílias, com os movimentos sociais do campo? (ARROYO, 2018).

Assim, o presente projeto se reveste de importância por buscar contribuir com a efetivação da política pública de formação continuada na rede pública de ensino do Distrito Federal, notadamente, no que tange à implementação da Alternância Pedagógica que se conecte com as demandas e especificidades que serão evidenciadas no estudo proposto.

Em síntese, este trabalho visa fomentar e subsidiar o processo de regulamentação institucional da Formação em Alternância - no âmbito da Educação Básica do Campo da rede pública de ensino do DF, com vistas ao aperfeiçoamento e à adequação da legislação

educacional distrital às especificidades levantadas. Neste sentido, busca-se produzir elementos que instrumentalizem o debate e o enfrentamento dos principais entraves institucionais que serão identificados, trazendo-os para a agenda pública, pois esses impedem a plena efetivação do direito à formação das educadoras e educadores que atuam nas escolas do campo do DF.

## **2. MATERIAIS E MÉTODOS**

Foram realizados registros da experiência vivenciada no âmbito do Programa de formação continuada Escola da Terra em dois formatos e momentos distintos: o primeiro, no decorrer do curso, por meio de lançamento de edital pela Universidade de Brasília para seleção de trabalhos das turmas que comporão o livro Escola da Terra DF; e o segundo, após a conclusão do curso, por meio de entrevistas junto a cursistas e tutores-cursistas, conforme detalhamento a seguir.

Entrevistas semi-estruturadas com cursistas representantes das 10 turmas que participaram do curso/formação Escola da Terra e também com os(as) 10 tutores(as) responsáveis pelo acompanhamento pedagógico dessas turmas. As entrevistas foram realizadas com grupos focais de professores(as)/cursistas. O grupo focal foi constituído por 20 (vinte cursistas) entre os 100 (cem) que concluíram o curso em tela. Destes, 10 (dez) integravam a tutoria/assessoria pedagógica da formação e os demais contemplaram a representatividade de todas as dez turmas participantes.

Considerando que as respostas referentes ao levantamento de dados, por meio de entrevistas previamente estruturadas, envolveram um conjunto de questões que uma vez evidenciadas podem servir de indicadores para orientações e reordenamentos institucionais mais adequados ao contexto desses profissionais e suas escolas, o presente tópico tem por finalidade constituir elementos para responder as seguintes perguntas suscitadas:

- a) O Curso Escola da Terra contribuiu para aperfeiçoar a sua atuação profissional? Se positivo, qual foi a principal contribuição?
- b) Quais foram as principais contradições e/ou desafios para o desenvolvimento do curso que impactaram a sua participação, em alguma medida?
- c) Quais as principais lições aprendidas ou resultados evidenciados?

d) Qual a expectativa em relação à formação continuada voltada ao público desse curso/programa, após a conclusão da primeira experiência implantada na SEEDF, em parceria com UnB/FUP e o MEC?

O conteúdo obtido no registro das experiências e entrevistas semi-estruturadas foram confrontados com os dados construídos a partir da análise documental de legislação e diretrizes que influenciam a política de formação continuada em Educação do Campo no DF.

A construção dos dados se deu de forma concomitante com a escrita dos resultados e elaboração deste Trabalho de Conclusão de Curso.

Foram construídos resultados a partir de dados quantiquantitativos. Os resultados desta pesquisa foram organizados nos subtópicos temáticos deste trabalho.

### **3. A FORMAÇÃO CONTINUADA DE EDUCADORAS E EDUCADORES: REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO DO CAMPO DO DF**

#### **3.1. Resultados e Discussão**

A formação continuada dos profissionais da educação é mais que uma necessidade, é um direito e um dever que extrapola o próprio indivíduo. Eis que mesmo antes de beneficiar o indivíduo profissional, tal prática faz por trazer benefício direto à sociedade à qual ele pertence.

(Antonio Munarim)

Considerando as lutas empreendidas pela educação pública nas últimas décadas, assim como o ideário das educadoras e educadores brasileiros no que tange à garantia de oferta de uma política de formação e valorização dos profissionais da educação - que contemple de forma articulada e prioritária a formação inicial, formação continuada e condições de trabalho, salários e carreira, levando-se em conta a concepção sócio-histórica desses educadores como elemento norteador, se pode afirmar que o caminho permanece longo e utópico para tais conquistas. Uma vez que sua realização não se materializa numa sociedade marcada pela desigualdade e pela exclusão, próprias do capitalismo.

Lima e Júnior (2003), no artigo “Educação Superior é mercadoria ou direito no âmbito da Organização Mundial do Comércio?” indicam que a educação, fundamento da

ideologia liberal, sob a influência da OMC, transmuta de direito social para mercadoria no setor de serviços - que é constituído pelo setor terciário do governo, pelas empresas terciárias e o terciário das empresas. Conjuntura que, segundo os autores, favorece e proporciona grandes vantagens para os países que detêm a hegemonia, poder econômico e bélico, originada, especialmente, pela hegemonia dos Estados Unidos da América – EUA. Contexto em que a educação, em particular a educação superior, torna-se equivalente a qualquer outro tipo de serviço, gerando, assim, prejuízos à soberania e à cultura.

Ainda considerando a abordagem dos autores acima citados, para a garantia de mão de obra qualificada para o capital, o Estado capitalista transfere o custo de reprodução da força de trabalho para as famílias, ou seja, renuncia, ou se desresponsabiliza da oferta da política educacional universal, acarretando o custo do serviço privatizado às unidades familiares, reduzindo, substancialmente, seu poder de compra e as endividando. Promovendo, portanto, um verdadeiro enxugamento dos direitos sociais e a mercantilização da esfera social da cidadania e da educação pública. O que, em síntese, revela a educação superior como mercadoria e não como direito da população e dever do Estado.

Compreender essas amarras sociais do mundo capitalista e a complexidade imbricada na economia política, demonstradas no texto acima denominado, é fundamental para a consciência dos problemas da educação pública e da formação. As condições perversas que, historicamente, vêm degradando e desvalorizando a educação e a profissão docente, se mantêm em nosso país em níveis bastante elevados.

Outros aspectos a serem observados são a baixa qualidade da formação e a ausência de condições adequadas de trabalho dos educadores, que ocorrem há décadas em nosso país e em toda a América Latina, de forma combinada, impactando na qualidade da educação pública, em decorrência da queda do investimento público e da deterioração das condições de trabalho dos educadores e trabalhadores da educação (Internacional da Educação, 2007).

Quanto ao financiamento, a redução dos investimentos públicos na educação, ao longo dos últimos anos de políticas neoliberalizantes, persiste e se expressa no baixo orçamento para a educação, contrastando, vergonhosamente, com dados que indicam que, no período de quase duas décadas, o setor público tem transferido de 4% a 7% do PIB por ano ao setor bancário, na forma de pagamento de juros (Pochmann, 2007).

No cenário atual, pós golpe, a situação é agravada com a ascensão do “desgoverno” Bolsonaro e a sujeição do Ministério da Educação e demais políticas públicas e sociais a setores conservadores, desqualificados técnica e politicamente e neoliberais, que mais trabalham para o desmonte do capital social, da máquina pública e dos avanços históricos alcançados, gerando retrocessos sem precedentes, sobretudo na área social do país. Um exemplo desse processo são os cortes significativos de recursos da educação pública superior e da educação básica em curso no país.

Na trincheira de enfrentamento e superação das adversidades que envolvem a educação brasileira e a formação de professores, no que concerne a normativas nacionais, pode-se citar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei nº 9.394/96) que veio provocar especialmente os poderes públicos quanto a essa formação. A lei reflete um período de debates sobre a questão da importância da formação continuada e trata dela em vários de seus artigos: o artigo 67, que estipula que os sistemas de ensino deverão promover a valorização dos profissionais da educação, traz em seu inciso II o aperfeiçoamento profissional continuado como uma obrigação dos poderes públicos, inclusive propondo o licenciamento periódico remunerado para esse fim. Mais adiante, em seu artigo 80, estabelece que o Poder Público incentive o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino à distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada; o Plano Nacional de Educação (PNE) e suas metas relacionadas a essa temática; o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2003) e as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, normatizadas pela Resolução CNE nº 01/2012. E ainda, as diretrizes para a carreira, normatizadas pelo Conselho Nacional de Educação desde 1997 (Resolução CNE/CEB n. 03/97).

A estruturação de uma política de valorização do magistério público, carreira que deve, necessariamente, organizar-se tendo como parâmetro orientador o compromisso social dos educadores com as necessidades educativas da população e com a qualidade da educação, o que demanda investimento público massivo em políticas de qualificação profissional e formação continuada de professores, de qualidade elevada, para a educação básica, além de condições de infraestrutura que ofereçam suporte para a produção de conhecimento e formação científica adequada às demandas contemporâneas da ciência e da tecnologia, da cultura e do trabalho.

No que tange à Educação do Campo, destaca-se a expansão dessas políticas na última década, consolidando um movimento de democratização com vistas a possibilitar

que seus sujeitos tenham acesso à educação. Contudo, observa-se dificuldade dessas políticas se materializarem, tendo relação com o neoliberalismo no Estado brasileiro.

Em que pese haver poucos estudos apontando para a relação do movimento neoliberal e para o impacto nas políticas educacionais do campo, alguns documentos indicam o aumento dos direitos educacionais voltados à Educação do Campo, assim como a intensificação dos processos neoliberais, como a descentralização da educação, ausência de recursos investidos pelo Estado, baixa cobertura/oferta de determinadas etapas e modalidades de ensino, a exemplo de creche, ensino médio, EJA e educação profissional, fechamentos de escolas do campo, ineficiência no alcance dos jovens e adultos do campo e expansão do agronegócio, fatos e questões que fragilizam a consolidação da Educação do Campo.

Assim, faz-se necessário que se ampliem e se intensifiquem as mobilizações e lutas dos(as) trabalhadores(as) e dos movimentos sociais e sindicais para que as contradições do Estado neoliberal sejam expostas no processo de busca de efetivação das políticas educacionais do campo.

### **3.1.1. Contextualização da Construção da Política Pública de Educação do Campo no Distrito Federal**

O caminho político-pedagógico percorrido na construção da política pública de Educação do Campo do Distrito Federal foi norteado pela *formação* como ferramenta fundamental para desbravar um cenário institucional demasiado rígido. Tal contexto dificultou a implantação de uma política pública que foi forjada na luta de organizações e movimentos sociais do campo - de trabalhadoras e trabalhadores - fundada na perspectiva emancipatória e garantidora dos direitos dos sujeitos do campo.

Desse modo, pode-se afirmar que a missão que envolveu a estruturação inicial da política pública de Educação do Campo do DF foi promover o desenvolvimento de processos de ensino e aprendizagem significativos, ou seja, uma educação inclusiva contextualizada à realidade de cada comunidade escolar e local, em constante diálogo com os saberes, fazeres, conhecimentos e cultura camponesa, a partir da intencionalidade de (re) organização do trabalho pedagógico, em consonância com os princípios e matrizes dessa política.



Entre os anos de 2001 e 2010 foram sendo conquistados importantes marcos normativos<sup>2</sup> que dão sustentação à política pública de Educação do Campo no país, na esteira de uma trajetória de lutas já iniciada, anteriormente, por diversos setores da sociedade, com ênfase para os movimentos sociais do campo. Entre 2012 e 2017 o movimento foi de construção e dar início ao processo de implantação da política de Educação Básica do Campo na rede pública de ensino do DF<sup>3</sup>. A elaboração dessas ações e políticas se deu a partir da sensibilização, visibilização e mobilização de recursos e esforços técnicos, políticos e sociais. O objetivo foi planejar, organizar e implementar essa política de forma territorializada, tendo como ponto de partida e de chegada *o campo e seus sujeitos*.

Como unidade executora dessa política pública no Distrito Federal, em 2011 foi criado o Núcleo de Educação do Campo que integrava a Coordenação de Educação em Diversidade, juntamente com outros três: Educação em Diversidade Étnico-Racial, Educação em Gênero e Sexualidade e Projetos Especiais.

Diante do grande desafio de, primeiramente, conhecer o Campo do DF, estruturar e reunir as condições materiais, recursos humanos (apenas duas profissionais compunham a equipe do mencionado Núcleo), orçamentários, informações e dados internos e da realidade das Coordenações Regionais de Ensino e suas respectivas Unidades Escolares do Campo, a equipe empreendeu ações para enfrentá-los: foi elaborado e aplicado um instrumento metodológico que permitiu a realização de diagnóstico junto às escolas, considerando os territórios em que as comunidades escolares e locais estão inseridas - lócus onde os sujeitos produzem e reproduzem sua existência e convivência social.

Os dados sistematizados da coleta quali-quantitativa do diagnóstico, produziram elementos fundamentais para dar visibilidade à realidade das 75 escolas do campo,

---

<sup>2</sup> São Marcos Legais e Normativos da Educação do Campo na esfera federal: A Resolução nº 1, de 3 de abril de 2002 - institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo; O Parecer nº 1/2006-CNE/CEB - que dispõe sobre os dias letivos para a aplicação da Pedagogia da Alternância nos Centros Familiares de Formação por Alternância; O Parecer nº 3/2008-CNE/CEB - Marcos conceituais - Escola do Campo e Educação do Campo; A Resolução nº 2/2008-CNE/CEB - Diretrizes complementares, normas, princípios e critérios: nucleação de escolas; transporte escolar, ampliação de oferta próximo às moradias dos estudantes; O Decreto Federal nº 6.755/2009 - Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica e disciplina a atuação da CAPES; A Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010 - que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica e institui a Modalidade de Ensino da Educação do Campo; O Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010 - dispõe sobre a Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA); A Portaria nº 86, de 1º de fevereiro de 2013 - institui o Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO) e define suas diretrizes.

<sup>3</sup>No âmbito do Distrito Federal, destacam-se as seguintes normativas/legislações vigentes: O Currículo em Movimento da Educação Básica do DF; A Portaria nº 15/2015 - Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino do DF; O Plano Distrital de Educação - Lei nº 5.499, de 14 de julho de 2015 e a Portaria nº 419 de 20 de dezembro de 2018 - institui a política de Educação Básica do Campo na SEEDF; As Diretrizes Pedagógicas da Educação Básica do Campo da rede pública de ensino do DF.

existentes à época, e para a construção coletiva, baseada na escuta dos profissionais que nelas atuavam e na observação participante. Foi possível ainda, pautar, institucionalmente, as demandas advindas desse trabalho e trazer à baila a necessidade de se instaurar processos formativos junto aos gestores (em nível intermediário e local), professores, coordenadores, orientadores educacionais e demais profissionais da educação que atuavam diretamente com os sujeitos da Educação do Campo: os estudantes.

Os processos formativos aliados ao trabalho de diagnóstico das escolas do campo, com vistas ao reconhecimento e à coleta de dados da realidade das unidades escolares do campo, constituíram escolhas e ações acertadas da gestão inicial da Educação do Campo, no âmbito da Secretaria de Estado de Educação do DF - SEEDF, entre o final de 2011 e 2012, para dar visibilidade à agenda política, social e educacional concernente a essa política.

Compreendendo os estudantes do campo como sujeitos de direitos e portadores de história, cultura, valores, conhecimentos populares, potenciais e demandas singulares, é imprescindível que a educação pública, o seu currículo, a Proposta Pedagógica (PP) e o Inventário Social, Histórico, Cultural e Ambiental das escolas do campo estejam, intimamente, ligados à vida dos mesmos. O objetivo foi desenvolver processos de ensino e aprendizagem significativos, ou seja, uma educação inclusiva, contextualizada com a realidade de cada comunidade escolar e local, em constante diálogo com os saberes, conhecimentos e cultura camponesa.

Desse modo, com a intencionalidade de (re)organização do trabalho pedagógico e em consonância com os princípios e matrizes da Educação do Campo, bem como tendo os dados do diagnóstico das escolas como referência, em 2013 duas grandes ações de natureza formativa foram iniciadas, a saber: a) Projeto Piloto de Educação do Campo – focado na implementação, em quatro escolas, de duas Coordenações Regionais de Ensino (Brazlândia e Planaltina), sob os seguintes critérios: atender crianças, adolescentes e jovens de assentamentos da reforma agrária ou da agricultura familiar que desenvolvessem produção agroecológica e ou em fase de transição para esse modelo; b) Circuito Pedagógico – visando a construção de rede de ações das escolas do campo e o debate acerca da inserção das temáticas relacionadas à Educação do Campo no Currículo da Educação Básica do DF. Segundo Caldart (2015):

[...] o esforço coletivo empenhado para que o trabalho pedagógico se aproprie da lógica dialética, num movimento em que “a vida ajuda a compreender ou dar sentido aos conteúdos, ao estudo dos conceitos das ciências, os conteúdos precisam ajudar a compreender e a resolver as questões da vida” (CALDART, 2015, p. 62).

Essa questão da integração da Educação do Campo ao Currículo foi incorporada às discussões e à construção ampla e democrática do Currículo em Movimento da Educação Básica do DF, que movimentou a rede de ensino no período de 2013 a 2014.

Dessa esteira, emerge a construção coletiva de importantes marcos políticos e normativos, no âmbito distrital, adensados por ações pioneiras de promoção do reconhecimento e apropriação dos princípios e matrizes norteadores dessa política pública, contornada pelas especificidades e diversidade dos seus sujeitos e territórios camponeses e, substancialmente, vinculada ao modo de vida e à realidade dos povos do campo. Das referidas ações e marcos, pode-se destacar:

- Elaboração dos Pressupostos Teóricos do Currículo em Movimento da Educação Básica do Distrito Federal (2014)<sup>4</sup>
- Plano Distrital de Educação do Distrito Federal (2015-2024)<sup>5</sup>
- Inserção da Modalidade de Ensino Educação do Campo no Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino do DF (2015)<sup>6</sup>
- Oferta de Formação Continuada, desenvolvida pela atualmente denominada Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais de Educação (EAPE)<sup>7</sup>
- Construção do Inventário Social, Histórico, Cultural e Ambiental das Escolas do Campo<sup>8</sup>

---

<sup>4</sup>Pressupostos Teóricos do Currículo em Movimento da Educação Básica do Distrito Federal contextualiza a Educação do Campo do DF, apresenta seus pressupostos teóricos e a sua prática em construção.

<sup>5</sup> Plano Distrital de Educação do Distrito Federal – PDE [2015-2024], aprovado pela Lei nº 5.499, de 14 de julho de 2015 que institui a Meta 8 da Educação do Campo e 42 Estratégias para sua implementação.

<sup>6</sup>Inserção da Modalidade de Ensino Educação do Campo no Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino do DF em 2015, que indica a quem se destina a Educação do Campo, define a escola do campo, objetivos, seus princípios, oferta, organização e funcionamento, em consonância com os marcos legais nacionais e distritais em vigor.

<sup>7</sup>Oferta de Formação Continuada pela, atualmente denominada, subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais de Educação – EAPE, destinada a gestores, coordenadores intermediários (UNIEB), coordenadores locais (UE), profissionais da educação em geral/comunidade escolar do campo e comunidade dos territórios das escolas do campo.

<sup>8</sup>Construção do Inventário Social, Histórico, Cultural e Ambiental das Escolas do Campo – Inventário da Realidade, importante ferramenta investigativa, de pesquisa e produzido coletivamente pela comunidade escolar, com o envolvimento da comunidade local e o protagonismo/participação dos estudantes.

- Elaboração da Proposta Didática para a Construção do Inventário Social, Histórico e Cultural das Unidades Escolares do Campo (2016)<sup>9</sup>
- Projeto interventivo, coletivo e formativo Dia do Campo<sup>10</sup>
- Fórum Permanente da Educação do Campo (FECAMPO)<sup>11</sup>
- Implantação do Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem Campo – Saberes da Terra (2015-2017) – inaugurando a Pedagogia da Alternância na Educação Básica do DF<sup>12</sup>
- Desenvolvimento de Projeto Piloto de Construção do Inventário Social, Histórico e Cultural da Escola Classe Lajes da Jiboia/CRE Ceilândia (2017)<sup>13</sup>
- Circuito de Ciências 2017 – participação da Comissão Central Temática que possibilitou a promoção de oficinas específicas da Educação do Campo por professores atuantes com projetos referenciais na rede<sup>14</sup>
- Brasília Agroecológica 2017 (evento composto pelo VI Congresso Latino-Americano de Agroecologia, X Congresso Brasileiro de Agroecologia e o V Seminário de Agroecologia do DF e Entorno)<sup>15</sup>
- Participação de UE do Campo na I Feira de Ciências da Ledo (UnB-FUP)<sup>16</sup>
- I Creche pública do Campo do DF na comunidade Capão Seco<sup>17</sup>.

---

<sup>9</sup>Elaboração da Proposta Didática para a Construção do Inventário Social, Histórico e Cultural das Unidades Escolares do Campo (2016), documento didático-pedagógico elaborado a muitas mãos e visa à inserção sociocultural de estudantes, comunidade escolar e comunidade local por meio de apropriação de recursos, experiências e investigação da realidade.

<sup>10</sup>Projeto interventivo, coletivo e formativo Dia do Campo, ampliação para todos os profissionais da educação do campo o espaço de formação, troca de saberes, experiências e diálogo que promovam a implementação da Educação do Campo.

<sup>11</sup>Fórum Permanente da Educação do Campo (FECAMPO), é um fórum social e popular, de ampla representatividade (SEEDF, UnB, IFB, EMATER, MST, CONTAG, GTPA Fórum EJA, SINPRO, entre outros parceiros).

<sup>12</sup>Implantação do Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem Campo – Saberes da Terra (2015-2017), foi implementado na CRE de Planaltina, no CEF Pipiripau II, destinado a jovens de 18 a 29 anos, que atuam na agricultura familiar, residentes no campo e que não tenham concluído o Ensino Fundamental – Constituiu a primeira experiência de implantação da Pedagogia da Alternância no DF.

<sup>13</sup>Desenvolvimento de Projeto Piloto de Construção do Inventário Social, Histórico e Cultural da Escola Classe Lajes da Jiboia/CRE Ceilândia (2017), parceria da EAPE com a GCAM. Formação em Educação do Campo com foco na construção do Inventário da escola, com o envolvimento da comunidade escolar, tendo o estudante como protagonista do processo.

<sup>14</sup>Circuito de Ciências 2017 – participação da Comissão Central Temática que possibilitou a promoção de oficinas específicas da Educação do Campo por professores atuantes com projetos referenciais na rede;

<sup>15</sup>Brasília Agroecológica 2017 (evento internacional composto pelo VI Congresso Latino-Americano de Agroecologia, X Congresso Brasileiro de Agroecologia e o V Seminário de Agroecologia do DF e Entorno), realizado em Brasília de 12 a 15 de setembro de 2017 e contou com participação de cerca de 5 mil pessoas, entre elas, comunidade escolar da rede pública de ensino do DF.

<sup>16</sup>Participação de unidades de ensino do campo na I Feira de Ciências da Licenciatura em Educação do Campo (UnB-FUP) (2017).

<sup>17</sup>I Creche pública do Campo do DF na comunidade Capão Seco, viabilizada por meio de articulação com a Diretoria de Educação Infantil a fim de garantir a implementação da Educação do Campo na unidade escolar.

Entre os anos 2015 e 2016, a unidade executora transformou-se em Gerência de Educação do Campo (GCAM) compondo, juntamente com a Gerência de Direitos Humanos e Diversidade, a Coordenação de Educação em Direitos Humanos e Diversidade (COEDHD) que, posteriormente, em 2017, foi transformada em Coordenação de Políticas Educacionais Transversais (COETE).

Atualmente, após nova reestruturação política e administrativa, típica dos ciclos de mudanças político-eleitorais do regime democrático e de alternância de poder que, via de regra, impactam a gestão pública, a GCAM está vinculada à Diretoria de Educação do Campo, Direitos Humanos e Diversidade, (criada em 2017) da Subsecretaria da Educação Básica da Secretaria de Estado de Educação do DF.

### **3.1.2. Desafios da Gestão da Política Pública de Educação do Campo no DF**

A partir de março de 2018, o principal desafio da gestão da política pública de Educação do Campo no DF foi estabelecer as garantias institucionais mínimas para a implementação dos instrumentos regulatórios elementares da Política Pública de Educação do Campo na SEEDF. Os primeiros esforços já estavam materializados: a inclusão da Educação do Campo como Modalidade de Ensino no Currículo em Movimento (2014) e a aprovação da Meta 08 do Plano de Distrital de Educação (PDE), estabelecendo 42 estratégias voltadas à implementação da política pública educacional para a área, abarcando objetivos pedagógicos e estruturais.

No entanto, se fazia necessário instituir normativas/regulações para orientar o trabalho pedagógico contextualizado, cerne da Educação do Campo, dentre as quais: a institucionalização do **Inventário da Realidade** como instrumento formador da identidade escolar e meio fundamental para aproximação e diálogo entre comunidade e unidade escolar do campo; a **Pedagogia da Alternância**, em seus aspectos metodológicos e de fundamentos para, entre outras possibilidades, promover alteração do calendário escolar, conforme demanda e dados das realidades escolares e sua dinâmica territorial, respeitando os tempos, a cultura e os espaços da Escola do Campo; o **Dia do Campo**, como espaço de formação coletiva regionalizada e continuada, de base, com participação direta do nível intermediário da SEEDF e de gestores das unidades escolares do campo no planejamento dos processos e organização das atividades, com a finalidade de promover a troca e o compartilhamento de práticas pedagógicas e experiências

implementadas no bojo da construção dos Inventários das Escolas do Campo, assim como a integração das comunidades escolares de cada Coordenação Regional de Ensino.

Com a instituição de um grupo de trabalho, foi iniciada a elaboração das Diretrizes Pedagógicas da Educação Básica do Campo, atendendo as recomendações do Conselho de Educação do Distrito Federal (CEDF), após análise do primeiro documento, até então denominado Diretrizes Operacionais da Educação Básica do Campo do DF, construído no âmbito do Fórum Permanente de Educação do Campo do DF (FECAMPO).

Além do trabalho de elaboração das referidas Diretrizes, a Gerência de Educação do Campo, entre outras atribuições regimentais, possui a incumbência de acompanhar programas e projetos da Subsecretaria de Educação Básica (SUBEB), monitorar o PDE, fomentar a formação continuada, orientar a elaboração dos Inventários das Unidades Escolares e participar/apoiar o Dia do Campo das e nas Regionais de Ensino e suas respectivas escolas, além do desafio de promover o alinhamento das políticas educacionais das demais etapas e modalidades aos princípios e matrizes da Educação do Campo.

Diante desse cenário, concentrou-se energia na recomposição da equipe, na ampliação da formação continuada e na publicação de, ao menos, uma normativa de caráter técnico-pedagógico e, outra, que atendesse a institucionalidade e operacionalidade da política, conforme a demanda dos movimentos sociais e das escolas do campo, manifestada por meio Fórum de Educação do Campo do DF.

As referidas Diretrizes Operacionais elaboradas pelo FECAMPO retornaram à Gerência de Educação do Campo com importantes observações/recomendações feitas pelo Conselho de Educação do Distrito Federal (CEDF). A maioria delas apontava para a necessidade de alinhamento do documento às normativas da própria SEEDF.

Por indicação da gestão central, optou-se por atender as demandas sociais encaminhadas pelo FECAMPO, a partir da elaboração de uma portaria que institucionalizasse a política e fosse suficiente para implementar os aspectos operacionais da Educação do Campo e das Diretrizes Pedagógicas (então em construção) visando proporcionar ferramentas teóricas, conceituais e metodológicas capazes de auxiliar o redimensionamento do trabalho pedagógico das Unidades Escolares do Campo. Sendo, portanto, uma publicação que demarcasse as especificidades da Educação do Campo na rede pública de ensino, e outra voltada para subsidiar a organização do trabalho pedagógico nas escolas.

Em diálogo com a Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais de Educação (EAPE), no final do ano de 2018, foi publicada a Portaria SEEDF nº 419, de 20 de dezembro do referido ano, elaborada a partir de demandas e proposições do FECAMPO, apresentadas na proposta de diretrizes operacionais.

Também foram utilizadas para elaboração do documento, pesquisas bibliográficas e articulação com as diversas subsecretarias e setores da SEEDF pertinentes, buscando delimitar o escopo da Modalidade Educação do Campo em suas dimensões pedagógica e estrutural.

As **Diretrizes Pedagógicas para a Educação Básica do Campo da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal** foram encaminhadas no fim de 2018 ao CEDF, porém não houve tempo hábil para agendamento de sessão em dezembro daquele ano. Tendo sido aprovadas em julho de 2019, pelo Parecer CEDF nº 140/2019 e publicadas pela Portaria SEEDF nº 224/2019.

A construção do documento foi realizada no interior da equipe, a qual foi reforçada/ampliada com mais três profissionais da rede, bem como inspirada na demanda do CEDF em relação à apreciação e análise da versão das Diretrizes Operacionais encaminhadas pelo referido Fórum. Decorreu também de pesquisas bibliográficas, alinhamento com as normativas da SEEDF, diálogos internos e externos sobre conceitos e princípios norteadores do processo de elaboração.

A versão preliminar das Diretrizes foi submetida à análise e contribuições da Coordenação Colegiada do FECAMPO, que referendou o conteúdo reconhecendo a importância e urgência do momento e da conjuntura, visando consolidar as bases da estrutura operacional e pedagógica de funcionamento da modalidade de ensino Educação Básica do Campo no DF.

É importante destacar que as Diretrizes Pedagógicas da Educação Básica do Campo apresentam os princípios e matrizes dessa política pública, revelam os fundamentos, refletem sobre os sujeitos do campo no DF, dialogam diretamente com a estrutura da SEEDF (regimentos, currículo e a escrituração própria). Trazem orientações importantes para as escolas a respeito do processo dinâmico e coletivo de construção do Inventário Social, Histórico, Cultural e Ambiental – Inventário da Realidade, apresentando as metodologias disponíveis e possíveis como caminhos para sua elaboração. Também dão visibilidade e orientam a respeito da Pedagogia da Alternância enquanto princípio, prática e metodologia ativa.

É importante salientar que as referidas Diretrizes Pedagógicas ainda estabelecem a relação da Educação do Campo com os Eixos Transversais do Currículo em Movimento da Educação Básica, a saber: Educação em e para os Direitos Humanos, Educação para a Diversidade - com uma tratativa especial direcionada às Mulheres do Campo - e Educação para a Sustentabilidade - reconhecendo a centralidade da Agroecologia como proposta fundamental e, sobretudo, prática social, com vistas ao desenvolvimento sustentável do Campo.

### **3.1.3. Implementação da Formação Continuada em Educação do Campo na SEEDF**

#### **3.1.3.1.Marco Normativo** - delimitação da política de formação continuada da rede pública de ensino do Distrito Federal

De acordo com Gatti (2008) a legislação não nasce do nada, como inspiração ou *insight* momentâneo, por desejo deste ou daquele; é resultante de um processo histórico em que ações se desenvolvem e criam impasses e questionamentos pela forma como são praticadas, o que pode gerar movimentos de vários segmentos sociais e serem levados aos órgãos reguladores, que se podem mostrar mais ou menos atentos ou interessados nas questões levantadas, e que, em situação de negociação em contexto político, procuram criar balizas onde elas não existiam ou reformular orientações quando estas parecem não mais atender às condições de qualidade pensadas para as atividades desenvolvidas. Neste sentido, a seguir, apresentar-se-ão alguns marcos normativos julgados pertinentes ao nosso estudo.

A Lei nº 5.105, de 03 de maio de 2013, que reestrutura a carreira Magistério Público do Distrito Federal, considera, em seu Art.2º, item VII, como qualificação profissional: o aprimoramento do servidor com vistas à formação continuada e ao desenvolvimento da carreira; e no item IX, como coordenação pedagógica: o conjunto de atividades destinadas à qualificação, formação continuada, planejamento pedagógico e orientação educacional que, desenvolvidas pelo servidor da carreira Magistério Público, dão suporte à atividade de regência de classe e ao processo de ensino e aprendizagem. Desta legislação, destacamos:

[...]

Capítulo III - do desenvolvimento funcional, Seção I, da qualificação profissional e Art. 12, tem-se: aos servidores da carreira magistério Público do Distrito Federal em exercício são proporcionados programas de formação continuada, sem prejuízo das atividades pedagógicas, com o objetivo de



reelaborar os saberes iniciais da formação docente e de fomentar práticas educativas para a melhoria da qualidade do ensino, mediante norma própria.

§ 1º Os programas de formação continuada são oferecidos, com base em levantamento prévio das necessidades e prioridades da Secretaria de Estado de Educação, pela Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação do Distrito Federal – EAPE, por entidade de classe ou instituição externa, preferencialmente pública, aprovada em processo de credenciamento, e devem ser realizados no horário de trabalho do servidor.

§ 2º O processo de credenciamento e definição de cursos, diretrizes e demandas de que trata o § 1º fica a cargo da EAPE.

§ 3º Fica garantido, anualmente, o afastamento remunerado de, no mínimo, um por cento dos servidores ativos para a realização de cursos de mestrado ou de doutorado, a título de formação continuada, respeitados os critérios de conveniência e oportunidade da Administração, garantida a remuneração do cargo, percebida no ato do afastamento, conforme norma editada pela Secretaria de Estado de Educação.

A Seção II trata da progressão e o Art. 14 indica que *a progressão do servidor na carreira Magistério Público do Distrito Federal* dá-se de forma vertical e horizontal, ambas *mediante formação continuada*, requerida e comprovada pelo servidor.

**A Portaria nº 503, de 14 de novembro de 2017**, dispõe sobre organização administrativa e pedagógica do Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais de Educação (EAPE) da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), dispondo os seguintes artigos que destacamos:

[...]

Art. 5º situa o EAPE com a função de promover a formação continuada dos profissionais das Carreiras Magistério Público e Assistência à Educação do DF.

Art. 6º A formação continuada deve considerar as dimensões do trabalho e do desenvolvimento humano, a relação teoria e prática, a pesquisa e ser articulada com o contexto social, político e cultural das Unidades Escolares (UEs), das Unidades Escolares Especializadas (UEEs), das Escolas de Natureza Especial (ENEs) e dos demais setores desta Secretaria, além de considerar a reflexão sobre a prática educacional e a busca de aperfeiçoamento técnico, pedagógico e ético dos profissionais da educação.

Parágrafo único. Entende-se por ações de formação o conjunto de atividades pedagógicas promovidas pelo EAPE ou por meio de parceiras formalmente constituídas, relacionadas à formação continuada, ligadas diretamente ao servidor, às UEs, UEEs, ENEs, CREs e a outros setores da SEEDF.

[...]

Art. 9º A formação continuada se justifica pela necessidade de:

I implantação de políticas públicas educacionais e ampliação conceitual e prática da atividade profissional;

II resignificação do trabalho dos profissionais da Carreira Magistério Público do Distrito Federal e da Carreira Assistência à Educação do Distrito Federal frente às demandas pedagógicas e administrativas;

[...]

Art. 15 A formação continuada ofertada pelo EAPE ocorrerá:

I no próprio EAPE;

II em polos, disponibilizados pelas Coordenações Regionais de Ensino (CREs) e por instituições parceiras, sob responsabilidade de ambas.

Capítulo V – das demandas e inscrições para a formação continuada, Art. 33.

[...] a EAPE realizará, anualmente: I levantamento prévio das demandas de formação continuada com base nas necessidades e prioridades da SEEDF; [...]

Art. 35 Os cursos a serem ofertados serão definidos com base no levantamento prévio de demandas e na definição dos temas.

**As Diretrizes de Formação Continuada da SEEDF/EAPE (2018)**, que apresentam elementos teórico-conceituais para a consolidação da política pública de formação continuada da rede pública de ensino do DF.

**A Portaria nº 03, de 06 de janeiro de 2020**, dispõe sobre os critérios referentes à atuação dos servidores integrantes da Carreira Magistério Público do Distrito Federal nas atividades de docência e na orientação educacional, sobre a organização e atuação dos servidores integrantes da Carreira Magistério Público, inclusive dos readaptados e PCD (Pessoas com Deficiência) com adequação expressa para não regência e do Analista de Gestão Educacional - Psicologia, da Carreira Assistência à Educação, no Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem, nas unidades escolares da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal e unidades parceiras, sobre a organização dos atendimentos ofertados e sobre os critérios de modulação dos servidores integrantes da Carreira Magistério Público readaptados e PCD com adequação expressa para não regência expressando, entre suas partes:

[...]

Capítulo II – do desenvolvimento das atividades de coordenação pedagógica.

[...]

Art. 31. A coordenação pedagógica abrigar-se-á na PP da UE/UEE/ENE, no que se refere às atividades individuais e coletivas, internas e externas.

Art. 32. Para os professores que atuam com quarenta horas semanais, no turno diurno, com jornada ampliada, em regência de classe na Educação Infantil, no Ensino Fundamental Anos Iniciais, na Educação Especial, na Classe Bilíngue Mediada e na interpretação de Libras-Língua Portuguesa-Libras Surdez/Deficiência Auditiva, a coordenação pedagógica dar-se-á no turno contrário ao de regência, totalizando quinze horas semanais, devendo atender ao disposto abaixo:

I quartas-feiras destinadas à coordenação coletiva na UE/UEE/ENE;

II terças e quintas-feiras destinadas à coordenação pedagógica individual na UE/UEE/ENE ou à uma formação continuada presencial em um dos dois dias;

III - segundas e sextas-feiras destinadas à coordenação pedagógica individual, podendo ser realizada fora do ambiente escolar.

Art. 33. Para os professores em regência de classe que atuam com quarenta horas semanais, no turno diurno, com jornada ampliada no Ensino Fundamental Anos Finais, no Ensino Médio e na Formação Geral Básica do EMTI, a coordenação pedagógica dar-se-á no turno contrário ao de regência, totalizando quinze horas semanais, devendo atender ao disposto abaixo:

I quartas-feiras destinadas à coordenação coletiva na UE/UEE/ENE;

II um dia destinado à coordenação por área de conhecimento, ou à formação continuada presencial:

a) terça-feira: área de Ciências da Natureza e de Matemática;

b) quinta-feira: área de Linguagens;

c) sexta-feira: área de Ciências Humanas e, quando houver, Ensino Religioso.

III um dia destinado à coordenação pedagógica individual na UE/UEE/ENE ou à formação continuada presencial desde que não tenha sido contemplada no inciso II;

IV dois dias destinados à coordenação pedagógica individual, podendo ser realizada fora do ambiente escolar.

Art. 34. Para os professores que atuam com vinte horas semanais em regência de classe na Parte Flexível da matriz curricular do Programa de Ensino Médio em Tempo Integral - EMTI, a coordenação pedagógica dar-se-á em oito horas semanais, no respectivo turno.

[...]

Art. 36. Para os professores em regência de classe que atuam no regime de vinte mais vinte horas ou vinte horas semanais no Ensino Fundamental Anos Finais, no Ensino Médio, na EJA 2º e 3º Segmentos (Presencial ou em Cursos à Distância), Núcleos de Ensino das Unidades de Integração Socioeducativas, a coordenação pedagógica dar-se-á em oito horas semanais, no respectivo turno, sendo:

I um dia destinado à coordenação pedagógica por área de conhecimento, ou à formação continuada presencial:

a) terça-feira: área de Ciências da Natureza e de Matemática;

b) quinta-feira: área de Linguagens;

c) sexta-feira: área de Ciências Humanas e, quando houver, Ensino Religioso.

II um dia destinado à coordenação pedagógica individual, podendo ser realizada fora do ambiente escolar.

[...]

Art. 43. Para fins desta Portaria entende-se que os programas de formação continuada são oferecidos com base em levantamento prévio das necessidades e prioridades da SEEDF, pela EAPE, por entidade de classe ou instituição externa, preferencialmente pública, aprovada em processo de credenciamento, e devem ser realizados no horário de trabalho do servidor, em conformidade com §1º do art. 12 da [Lei nº 5105/2013](#). [...]

A explicitação das principais regras e normatizações que afetam a formação continuada da Secretaria de Estado de Educação- SEEDF, visa demonstrar o contexto engessado no qual atuam os agentes que possuem a atribuição de fomentar e implementar essa política tão estratégica para o desenvolvimento das demais ações e políticas educacionais da rede pública de ensino do DF, na perspectiva emancipatória e de afirmação da qualidade da educação.

Ao passo em que são, recorrentemente, apresentadas pela ponta do sistema educacional demandas específicas de formação continuada, além dos mapeamentos realizados por diversos setores vinculados à gestão pedagógicos da secretaria, o arcabouço normativo não as reflete, menos ainda viabiliza a sua materialidade.

### **3.1.4. Breve Leitura do Perfil dos Sujeitos da Formação Continuada**

A radicalidade da Educação do Campo alarga, enriquece o pensamento pedagógico, as identidades docentes-educadoras, porque alarga o direito à educação, a função da escola e o ofício de mestre para além do

ensinar, para educar, para fortalecer os processos de formação em saberes, valores, culturas e identidades (ARROYO, 2018).

Para ilustrar, minimamente, a unidade executora da política de educação do campo – GCAM, ao longo da trajetória de construção da referida política, levantou alguns dados provenientes da leitura da realidade das unidades escolares do campo que lançam luz à identificação do perfil dos(as) professores(as) dessas escolas (potenciais cursistas), o qual é bastante diverso: o sentimento e a concretude do pertencimento ao local/território abarca uma minoria; baixa adesão aos cursos disponibilizados na área, principalmente, aqueles ofertados de forma centralizada territorialmente, que requer deslocamento, tendo a distância e o tempo de dedicação que requer como indicadores de ocorrência do não acesso e justificativa para a não participação; a significativa incidência de professores substitutos (em regime de contratação temporária) que gera grande rotatividade de profissionais; limitações para realização do trabalho interdisciplinar e coletivo, causadas, segundo os profissionais, pela falta de formação e também pela ausência da possibilidade de encontros, trocas de experiências entre eles, por atuarem em turnos inversos.

Outro exemplo que convém apresentar, pois a experiência demonstrou um formato mais afinado com as demandas das escolas do campo e seus profissionais, diz respeito ao curso “Construindo a Política de Educação do Campo do Distrito Federal na Perspectiva da Reorganização” (2013), que foi desenvolvido como dimensão estruturante - Projeto Piloto, levando ao coletivo de educadores(as) de quatro escolas a oportunidade de encontros formativos em horário de coordenação. Em duas das escolas participaram educadores de ambas as carreiras, permitindo uma relação mais próxima às realidades locais, visto que são entre os servidores que, em geral, encontramos a comunidade. A experiência também indicou que as diferentes relações dos professores com os territórios em que atuam definem as possibilidades de ligação da escola com a vida como também de relações mais horizontais entre as pessoas e, assim, mais humanizadas. Quanto mais de longe vem o/a professor/a, mais tempo de deslocamento, mais precarizada sua qualidade de vida, menos conexão com o território, que não conhece, onde não tem relações.

A partir desse cenário, é possível apontar diversas iniciativas e ações formativas na rede de escolas do campo do DF que vêm sendo construídas, em um esforço das equipes técnico-pedagógicas dos níveis central e intermediário da secretaria, além da equipe de formação da EAPE, para superar, ainda que de forma pontual, os limites

institucionais que não permitem a maior abrangência da formação continuada e a ampliação do acesso.

As experiências de formação continuada descentralizadas, ofertadas nos territórios das Coordenações Regionais de Ensino e também das escolas do campo já contemplou Regionais/Escolas de: Brazlândia, Ceilândia, Gama, Santa Maria, Sobradinho, Paranoá e Planaltina.

Todavia, ainda há um longo caminho a ser percorrido relativo à formação territorializada e descentralizada, visando à efetivação do direito aos educadores e educadoras à formação, o alcance das estratégias relativas a esse tema na Meta 8 do PDE e, sobretudo, os direitos do povos do campo, sujeitos da política de Educação Básica do Campo.

#### **4. ESCOLA DA TERRA - PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DAS ESCOLAS DO CAMPO DO DF**

Conforme mencionado, anteriormente, o Programa Escola da Terra foi instituído pela Portaria MEC/SECADI nº 579/2013, e constitui uma Ação constante no Eixo nº 1- Gestão e Práticas Pedagógicas do PRONACAMPO. O objetivo Curso de Aperfeiçoamento de Educadores(as) das Escolas do Campo do Distrito Federal, no âmbito do Programa Escola da Terra, é contribuir com a promoção do acesso, permanência e elevação da qualificação docente, das condições do trabalho pedagógico dos educadores e educadoras, das escolas e das aprendizagens dos estudantes das escolas do campo e quilombolas.

Constituindo um modelo de execução que conjuga participação efetiva, colaboração e responsabilidades atribuídas ao MEC, à SEEDF e à UnB, a implementação das ações formativas que integram o Programa teve início no Distrito Federal em setembro de 2018, após percorrer as etapas necessárias para o estabelecimento de articulações e formalizações institucionais, divulgação, mobilização, seleção de cursistas e assessores pedagógicos (tutores) por meio de edital específico, cadastramento, organização de turmas e instauração de acompanhamento pedagógico.

O escopo do curso foi delineado pelo espaço dado às singularidades e especificidades reveladas a partir da atuação dos docentes cursistas nas escolas do campo, considerando os diversos estágios e graus que dimensionam a prática pedagógica na perspectiva da compreensão e implementação da política pública de Educação do Campo

nos territórios camponeses educativos do DF, tendo como aliado o Inventário Social, Histórico, Cultural e Ambiental das Escolas do Campo, o qual constitui um importante instrumento de diagnóstico e conhecimento da realidade das escolas e do seu entorno, para promover a ligação do currículo com a vida dos estudantes e suas comunidades.

O curso foi organizado em Alternância Pedagógica, que reconhece e articula diferentes espaços, tempos, saberes e experiências de aprendizagem. Com carga horária total de 180 horas das quais 120h de Tempo Escola/Universidade (TE/TU) e 60h destinadas a atividades e desenvolvimento projetos coletivos em Tempo Comunidade (TC).

É importante ressaltar que o mencionado escopo do Programa Escola da Terra permite, além da formação continuada e acompanhada, a gestão de processos formativos e das práticas pedagógicas dos cursistas.

Dos/as 2.067 professores/as lotados/as em escolas do campo do DF (Censo Escolar 2018), foram matriculados no curso 120 profissionais que atuam no âmbito da Modalidade de Educação Básica do Campo da rede pública de ensino. Das 79 escolas denominadas do campo, 25 foram representadas por meio de cursistas frequentes, abrangendo as 9 Coordenações Regionais de Ensino que possuem Unidades Escolares do Campo, a saber: Brazlândia, Ceilândia, Gama, Núcleo Bandeirante, Paranoá, Planaltina, Santa Maria, São Sebastião e Sobradinho.

Diante do quadro acima, emerge o desafio do efetivo acompanhamento pedagógico do Tempo Comunidade (TC), principalmente, por parte dos/as assessores pedagógicos (convencionou-se denominar os/as *tutores/as* de *assessores/as pedagógicos/as*), pois a demanda (inscrições homologadas) revelou uma grande diversidade e pulverização dos territórios em que as escolas dos cursistas estão inseridas, não sendo possível agrupar ou regionalizar o foco da atenção e intervenção pedagógica para assegurar maior presença, diálogo e troca nos territórios de atuação dos sujeitos da ação formativa, ou seja, no território de produção e ressignificação dos conhecimentos adquiridos.

Em que pesem fragilidades geradas pela fragmentação territorial acima descrita, foi importante assegurar visibilidade às especificidades e demandas provenientes da realidade, das condições de trabalho e da dinâmica do cotidiano dos(as) cursistas/trabalhadores(as) da educação.

Para a execução das atividades de TC, os cursistas seguiram roteiro previamente preparado pela equipe de professores formadores e coordenação pedagógica do curso,

visando à construção coletiva com seus pares do planejamento e desenvolvimento do Plano de Ação nas escolas, cujos temas perpassam a alternância no processo de formação dos(as) educadores(as), as contribuições do processo de formação para o fortalecimento da Educação do Campo nas respectivas escolas e as principais dificuldades e contribuições do curso para o processo formativo dos professores e na/s escola/s.

Além disso, foi realizada a abertura de edital de seleção de artigos pela coordenação geral do curso/UnB para compor o Livro do Programa Escola da Terra – Sistematização das experiências desenvolvidas no programa, produzido pela Universidade de Brasília, Governo do Distrito Federal/SEEDF e Ministério da Educação.

O livro tem por objetivo a publicação e divulgação de material produzido por cursistas e demais educadores das escolas do campo do DF, envolvidos na formação do Programa Escola da Terra. Foram selecionados 10 (dez) textos para compor a obra e cada texto possui, no máximo, 10 (dez) páginas, contendo a seguinte estrutura: Introdução, Desenvolvimento, Conclusão e Referências.

Vale salientar que contradições foram evidenciadas nesse processo de fomento da ampliação do acesso à formação continuada na rede pública de ensino, marcado pela parceria entre a SEEDF, MEC e FUP/UnB, que assumiram o compromisso de inovar e promover a formação continuada, em regime de alternância, conforme engendrada na Escola da Terra.

A realização do curso em tela confirmou determinados limites institucionais expressados em normativas que não favorecem a ampliação da abrangência da política de formação continuada, conforme já abordado, anteriormente.

Desse modo, a garantia do acesso à formação continuada aos profissionais que atuam na Educação do Campo/Escolas do Campo constitui ainda, um forte desafio no processo de implementação da política de Educação Básica do Campo, mesmo perante a vigência da já referida Lei nº 5.499, de 14 de julho de 2015, que aprova o **Plano Distrital de Educação (PDE)** e estabelece, em sua **Meta 8**, Estratégias relacionadas à formação continuada.

Além da Portaria/SEEDF nº 419/2018, em seus artigos 11, 13 e 14, que trata a Pedagogia da Alternância como princípio, metodologia e/ou prática pedagógica e formativa e prevê a implementação da formação continuada dos educadores e educadoras da Educação do Campo na perspectiva da Alternância Pedagógica, deve-se considerar, as Diretrizes Pedagógicas da Educação Básica do Campo, já devidamente situadas no presente texto, como importante reforço institucional à sua materialização.

Interagindo e analisando o movimento e a dinâmica que envolvem os tempos, espaços, territórios e sujeitos educativos do cotidiano escolar, mais especialmente, do processo formativo inerente ao Programa Escola da Terra, é possível constatar a relevância dessa experiência para o fortalecimento da identidade e da função social das escolas do campo. O caminhar que vinha sendo sedimentado pela formação continuada, bem como o processo de construção dos Inventários Sociais, Históricos, Culturais e Ambientais das Escolas do Campo em curso, foram considerados e potencializados pela formação Escola da Terra.

No que tange ao processo de avaliação, este desenvolveu-se a estratégia de acompanhamento das atividades de Tempo Universidade, bem como o desenvolvimento das atividades de Tempo Comunidade, com a realização de ações interventivas pelos professores/cursistas, tanto as definidas e praticadas coletivamente, como as atividades realizadas em sala de aula.

Todos os critérios de avaliação, assim como a avaliação propriamente dita, dos professores cursistas, foram desenvolvidos pela equipe de coordenação geral, com a presença dos assessores pedagógicos (tutores) e da coordenação distrital do programa.

Em relação à prática docente, importantes estratégias e metodologias foram utilizadas no percurso formativo dessa Ação, que proporcionaram espaços reflexivos e interventivos relacionados ao protagonismo dos(as) cursistas e das escolas; à auto-organização e ao trabalho coletivo; ao trabalho como princípio educativo e formativo; à sistematização e compartilhamento dos conhecimentos construídos na práxis pedagógica e ao confronto entre modelos/projetos de campo: hegemônicos x contra hegemônicos/populares e sustentáveis/agroecológicos.

É preciso registrar e ressaltar a materialização da aproximação, do diálogo e da integração da UnB com a educação básica da rede pública de ensino do DF, de forma a promover estratégias de produção e troca/intercâmbio de conhecimentos que, seguramente, agregaram valor, mutuamente, ao curso, às instituições e aos(as) profissionais envolvidos(as). A presente experiência demonstrou potencialidades e resultados significativos, bem como a necessidade de torná-la uma ação continuada para alcançar o conjunto de professores e orientadores educacionais das escolas do campo do Distrito Federal e, assim, assegurar a ampliação da abrangência e do escopo, assim como aperfeiçoar os processos formativos inerentes à política pública de formação continuada em Educação do Campo.



#### 4.1. Os Registros das Narrativas dos Cursistas e Conexões com o Problema

Sistematizar os desafios, contradições e possibilidades encontradas na formação dos cursistas do Programa Escola da Terra é uma das lacunas a ser preenchida neste estudo.

A Pedagogia da Alternância se legitima nesse reconhecimento do trabalho, das lutas por terra, por defesa da agricultura familiar, por reconhecimento dos movimentos sociais como educadores. Valorizar os tempos de inserção nessa dinâmica social, reconhecida como educadora, formadora, enriquecedora dos tempos de escola, dos currículos. Instigadora de outra docência

Alternância como articulação da diversidade de matrizes da formação humana (ARROYO, 2018).

Considerando a utilização da Alternância como metodologia desenvolvida no percurso formativo do Escola da Terra DF, o levantamento de dados, pertinente a este item, tem como base a experimentação e operacionalização dessa dinâmica social *trans* formadora.

Buscando apresentar uma diversidade de impressões e indicações do universo pesquisado/entrevistado, seguem algumas transcrições correspondentes às respostas dadas pelo grupo às questões abordadas.

Contribuição do curso para o *aperfeiçoamento* da atuação *profissional*:

“Sim, com certeza. O curso nos trouxe a possibilidade de conhecer e dialogar com importantes referências da Educação do Campo, professores(as) da Universidade de Brasília da Licenciatura em Educação do Campo, representantes da SEEDF que atuam nas diferentes instâncias com essa modalidade e o diálogo com educadores que atuam nas escolas do campo das diversas regionais de ensino do Distrito Federal” (Cursista Rafa – Nome fictício).

“O curso foi uma oportunidade de ampliar e aprofundar os estudos e referências sobre a Educação do Campo. Outro aspecto que vale ressaltar é o contato com agentes culturais que por meio da arte tanto nos ensinaram sobre histórias, processos políticos, lutas sociais e educação popular” (Cursista Leo – Nome fictício).

“Com a formação de professores sendo levada em consideração, o educador poderá, além de aperfeiçoar sua prática docente, despertar

a consciência para o seu papel social dentro e fora da sala de aula — o que lhe confere melhores chances para gerar transformação e impactar positivamente o contexto escolar e o seu entorno” (Cursista Jô – Nome fictício).

Ao longo dos depoimentos relacionados ainda a 1ª questão, foi possível capturar expressões, sentimentos e *percepções*, tais como a importância de:

“(…) Compartilhar com os estudantes meus aprendizados e experiências; O teatro do oprimido como ferramenta transformadora e pedagógica; A importância da universidade pública para os alunos de uma escola do campo, com destaque à LEdoC/FUP<sup>18</sup>; Percebi que a escola também tem o papel de dar voz aos sujeitos da comunidade camponesa (pais, alunos e toda comunidade escolar) e fazer a conexão com questões que impactam o seu dia a dia; Oportunidade da troca de experiências diversas, inclusive com outras UF; Identidade; Percepção de que a Academia está próxima das unidades escolares do campo; Conhecer outras metodologias desenvolvidas na EdoC<sup>19</sup> (multimídias, dinâmicas integradoras e organização horizontal); Fortalecimento da rede da EdoC do DF; Mudança de paradigma; Vislumbrar uma nova concepção de educação, uma educação voltada ao sujeito do campo; A experiência traz em seu cerne a perspectiva de um ensino interdisciplinar que considera e integra a realidade social, cultural e ambiental de cada comunidade onde está inserida na sua proposta pedagógica”.

Sobre as principais *contradições e/ou desafios* apontados para o desenvolvimento do curso que impactaram a participação dos(as) cursistas, pode-se destacar:

“O fato de o curso acontecer nos finais de semana por falta de liberação institucional para se realizar em dia/s de semana. Além de ter iniciado em um ano e terminado no outro, o que dificulta o planejamento junto a SEEDF.

Senti falta de uma definição mais clara da função da tutoria/assessoria pedagógica” (Cursista Rai – Nome fictício).

“Para mim, especificamente, o maior desafio foi ser a única professora da escola em que eu atuava a fazer o curso. Acredito que os resultados podem ser bem otimizados se a participação de professores de uma determinada escola ocorre em grupo” (Cursista Leo – Nome fictício).

“Os cursistas da turma não pertenciam ao mesmo território e foi difícil manter a coesão entre todos ao longo do curso. E também as amarras para liberação dos professores para o curso, mesmo em período de coordenação pedagógica” (Cursista Zezé – Nome fictício).

---

<sup>18</sup> LEdoC/FUP – Licenciatura em Educação do Campo / Faculdade UnB Planaltina

<sup>19</sup> EdoC – Educação do Campo

“A distância entre as escolas nas quais tinham cursistas da turma e a falta de apoio da SEEDF aos cursistas, no sentido de possibilitar que o horário de formação continuada seja inserido no horário de trabalho, pois os cursistas tiveram que participar do curso em pleno sábado, por não ter a liberação dos gestores escolares, mesmo sabendo que as atividades do Tempo Comunidade tinham o objetivo de contribuir com a transformação do cotidiano da escola na perspectiva da Educação do Campo” (Cursista Lu – Nome fictício).

“A dicotomia entre ser um professor residente no meio urbano e que trabalha numa comunidade do campo é bem singular. Deixar o estereótipo e os valores pré-estabelecidos de uma vida costumeiramente urbana e, conseqüentemente, se conectar com a realidade camponesa foi um desafio construtivo” (Cursista Eloi – Nome fictício).

“A distância para participar do TU e a falta de condições de conciliar o horário de coordenação pedagógica com a participação no curso” (Cursista Marruá – Nome fictício).

“Longa distância até a UnB e falta de liberação para cursar durante a semana” (Cursista Sol – Nome fictício).

“O maior desafio foi quando o curso acontecia em dia de semana/letivo, devido à distância da escola até a UnB e a impossibilidade de dispensa nesse dia” (Cursista Dita – Nome fictício).

“Acredito que necessitava de uma carga horária maior para o aprofundamento dos temas” (Cursista Kika – Nome fictício).

Das principais *lições ou resultados* evidenciados, destacam-se:

“Que a Educação do Campo é uma construção coletiva, diária e que precisa de formação continuada, união e engajamento para transpor a invisibilidade dos povos do campo e de suas necessidades e transpor barreiras institucionais” (Cursista Kaka – Nome fictício).

“Ter um curso do porte do Escola da Terra que nos traz a pedagogia da alternância como metodologia e nos faz aplicar “in loco” o que aprendemos e discutimos no tempo universidade já foi um ganho enorme. Agora compreender que podemos fazer uma educação diferenciada, pautada e realizada para e com o povo camponês, foi um aprendizado sem igual. Ouvir, vivenciar a troca de experiências entre escolas, estados e especialistas foi de uma riqueza sem igual” (Cursista Lula – Nome fictício).

“Pudemos desenvolver um boletim informativo coletivamente que ajudou muito no desenvolvimento de vínculo entre nós. Portanto, a

lição mais importante pra mim dessa formação foi sobre o potencial da coletividade para o processo pedagógico” (Cursista Fê – Nome fictício).

“Dentre as lições aprendidas, ficou claro para mim que grande parte dos professores que atuam em escolas do campo está interessada em aprender sobre Educação do Campo e também se manter lecionando no meio rural. Muitos estão buscando o aperfeiçoamento de sua práxis à luz desta temática, aproximando-se, portanto, da realidade dos estudantes, compreendendo-a, respeitando-a e potencializando-a por meio da escola” (Cursista Gil – Nome fictício).

“O Curso Escola da Terra proporcionou momentos essenciais para tecer a rede da diversidade da Educação do Campo do Distrito Federal” (Cursista Loi – Nome fictício).

“Os cursistas conseguiram mobilizar a comunidade escolar e desenvolveram ações pedagógicas e interdisciplinares que contribuíram no processo da materialização do inventário (seja no início ou a continuação) e ressignificaram a práxis pedagógica das/os envolvidos e, conseqüentemente, promoveram a transformação da realidade da escola na perspectiva da Educação do Campo” (Cursista Del – Nome fictício).

Sobre as *expectativas* em relação à formação continuada voltada ao público do curso/programa, após a conclusão da primeira experiência, é relevante apresentar o que se segue:

“Tenho grande expectativa em relação à continuidade da formação, especialmente no formato de pós-graduação e de forma mais integrada às unidades escolares” (Cursista Margarida – Nome fictício).

“A minha expectativa é que essas parcerias se fortaleçam, que o alcance se amplie para que um número ainda maior de professores e professoras das Escolas do Campo sejam alcançados nas formações continuadas” (Cursista Joe – Nome fictício).

“Continuidade e um aprimoramento do curso, para que novos profissionais pudessem participar e que os que já haviam iniciado pudessem se aprimorar mais e mais. Programa Escola da Terra trouxe um diferencial importante.

Avaliar junto aos cursistas da primeira fase o impacto da formação na prática pedagógica e no fortalecimento da rede de EdoC do DF.” (Cursista Lia – Nome fictício).

“A expectativa é que se torne uma pós-graduação, onde serão acrescentados temas/conteúdos para um melhor aprimoramento dos conhecimentos.” (Cursista Nena – Nome fictício).

Diante do panorama acima apresentado, revelado pelos cursistas, pode-se inferir o desenvolvimento de um processo formativo significativo, capaz de gerar

transformações, ainda que pontuais, mas com grande potencial de se espalhar na capilaridade dos territórios educativos do Campo do DF.

É relevante destacar, ainda, a “voz uníssona” ecoada por meio da demanda dos(as) cursistas, acerca da continuidade e aprofundamento do percurso formativo, expansão do conhecimento/conteúdo e, por conseguinte, da formação continuada.

#### **4.2. Conquistas para a Rede Pública de Ensino do DF**

Diversas conquistas diretas e indiretas foram observadas a partir da experiência apresentada neste trabalho. Tais conquistas reverberam de diferentes maneiras na sociedade. Sobre esta questão, Arroyo (2018) afirma que, em novos tempos políticos para a educação e para o ofício de mestres-educadores/as, surgem indagações radicais para estudos e investigações, para o pensamento pedagógico, para as identidades docentes-educadoras e para os currículos de formação. Neste sentido, o autor questiona sobre as possibilidades e os limites que tomarão forma para as administrações municipais, estaduais e do Distrito Federal, no sentido a que se proponham a resistir a um Estado interventor. E destaca a necessidade de resistir e insistir, sendo radical, de forma a politizar as análises e os currículos de formação.

Com a experiência tratada neste trabalho, foi realizada a formação continuada dos(as) professores(as) cursistas, com certificação de 100 (cem) educadores(as) atuantes em escolas do campo do Distrito Federal.

Acredita-se que houve ampliação dos conceitos e princípios da Educação do Campo.

Observou-se o desenvolvimento coletivo de propostas político-pedagógicas, como também acerca de políticas públicas voltadas à Educação do Campo do DF.

Em síntese, é relevante destacar outras metas e resultados alcançados com a implementação das ações do Programa Escola da Terra DF, tais como, a apresentação de diferentes formas de organização escolar e curricular; a compreensão sobre as práticas didático-pedagógicas que contemplam os sujeitos educativos do campo na sua diversidade e contextos socioculturais; o desenvolvimento de metodologias que contribuam com a construção da cidadania dos sujeitos do campo autônomos, criativos e capazes de produzir soluções para os problemas identificados em suas realidades; a realização de uma melhor distribuição dos recursos didáticos e pedagógicos que atendam as especificidades formativas das populações do campo; o aprofundamento dos conceitos

e conteúdos escolares das áreas do conhecimento que são ensinados no ensino fundamental, observando-se as especificidades do campo; o protagonismo dos cursistas e de suas escolas na gestão dos processos formativos; a auto-organização “do individual, desde a sua própria organização, até sua inserção na dimensão coletiva”, criando diversas possibilidades de organização e trabalho coletivo; e a assimilação do trabalho como princípio educativo, sobretudo no desenvolvimento das atividades pedagógicas nos períodos de Tempo Comunidade.

Neste contexto, vale evidenciar a construção coletiva do Livro do Programa Escola da Terra DF – sistematização das experiências desenvolvidas no decorrer do programa, produzido pela Universidade de Brasília, Governo do Distrito Federal/SEEDF e Ministério da Educação.

Outro inegável resultado alcançado, materializado por meio da constituição/formato do Programa Escola da Terra, foi a efetivação da parceria SEEDF/UnB/MEC, contemplando a estratégia 8.25 da meta 8 do PDE, já citada, anteriormente.

Na perspectiva do movimento dialético e dialógico que ampara a trajetória de desafios, lutas, conquistas e transformações, de maior ou menor impactos, que edificam a educação pública brasileira, destaca-se, também, como construção de estratégias e respostas a demandas da realidade e limites institucionais, evidenciados neste trabalho, a constituição de um Grupo de Trabalho intra e intersetorial, coordenado pela Subsecretaria de Educação Básica da SEEDF, com a finalidade de elaborar uma **Portaria Conjunta** para estabelecer as bases e diretrizes normativas da **Formação Continuada em Educação do Campo, e suas especificidades, no âmbito da Secretaria de Estado de Educação do DF**.

A legislação não nasce do nada, como inspiração ou *insight* momentâneo, por desejo deste ou daquele; é resultante de um processo histórico em que ações se desenvolvem e criam impasses e questionamentos pela forma como são praticadas, o que pode gerar movimentos de vários segmentos sociais, movimentos que são levados aos órgãos reguladores, que se podem mostrar mais ou menos atentos ou interessados nas questões levantadas, e que, em situação de negociação em contexto político, procuram criar balizas onde elas não existiam ou reformular orientações quando estas parecem não mais atender às condições de qualidade pensadas para as atividades desenvolvidas (GATTI, 2008).

Ao reafirmar Gatti (2008), informa-se que o presente estudo impulsionou, decisivamente, a movimentação institucional em torno da questão da Formação Continuada em Educação do Campo da SEEDF, no contexto de discussão das suas peculiaridades e especificidades.

Nesse sentido, a referida Portaria Conjunta sobre Formação Continuada será elaborada pelos seguintes setores internos da secretaria: Subsecretaria de Educação Básica (SUBEB), Subsecretaria de Formação dos Profissionais de Educação (EAPE), Subsecretaria de Gestão de Pessoas, Subsecretaria de Avaliação de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação (SUPLAV), Assessoria Jurídico-Legislativa (AJL). E externo, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SEDUH), pois pretende-se avançar para realização de definições e alinhamentos entre os órgãos a respeito da classificação/tipificação das escolas do campo e a relação com o Plano Diretor de Ordenamento Territorial do DF (PDOT).

O documento tratará, detidamente, da regulamentação da Formação em Alternância, ou seja, da aplicação ou implementação da Pedagogia da Alternância na formação continuada das educadoras e dos educadores que atuam nas escolas do campo e demais espaços institucionais vinculados à Política de Educação Básica do Campo do DF.

O principal aprendizado desse rico processo indica que a persistência e as parcerias institucionais e nas relações estabelecidas foram fundamentais e favoreceram a execução das ações planejadas.

Quanto ao processo formativo, é relevante reafirmar o fortalecimento da construção coletiva, das parcerias, do fazer junto, do envolvimento dos educadores(as) nos processos de formação, do diálogo permanente com a escola mas, em especial, do contato dos(as) professores(as) cursistas com práticas e experiências materialmente possíveis, que já estão sendo experimentadas e vivenciadas por outros professores. Ou seja, as trocas, os intercâmbios, a participação em diversas atividades realizadas pela UnB, relacionadas à Educação do Campo, possibilitaram a construção de aproximações importantes com as escolas, a presença da universidade nas escolas e das escolas na universidade.

O fomento à perspectiva interdisciplinar, formação por áreas do conhecimento, trabalho coletivo, gestão participativa e integração com os movimentos sociais do campo,

além da agroecologia como prática social, com vistas ao desenvolvimento sustentável do território/campo - também merecem destaque.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Reafirmando Rosa Luxemburgo: “Quem não se movimenta, não sente as cercas que o prendem” e, afinal, a hegemonia, embora dominante, não é estática nem absoluta, mas enraizada nos processos de luta e, portanto, “toda relação de hegemonia pressupõe, como possibilidade, a existência de experiências, relações e atividades contra hegemônicas” (PRONKO & FONTES, 2012, p. 392).

Por mais desafiadora que seja a conjuntura política atual, os(as) trabalhadores(as) da educação devem seguir em frente, conscientes do papel histórico que têm as concepções progressistas e a educação libertadora e emancipadora, comprometidas com a inclusão e a transformação social e enraizadas em princípios e valores democráticos e de justiça social, capazes de elevar a consciência política dos(as) envolvidos(as) nesse processo.

Com especial enfoque na Educação do Campo e suas memórias carregadas de lições de lutas por direitos, nas mais de duas décadas de sua trajetória de resistência e insistência, pode-se afirmar que nunca foi tão necessário investir na formação docente-educadora que se desenvolve nos contextos de uma educação transformadora, com potencial reverberação na formação de estudantes igualmente engajados com um projeto de transformação social.

A incorporação das memórias, lutas e princípios da Educação do Campo nos currículos de formação continuada tem sido realizada. Mas ainda há um caminho a ser trilhado, nessa direção, em relação à reestruturação e sua incorporação no currículo da educação básica. Mais que um caminho, uma demanda social e educacional, um direito dos povos do campo a ser assegurado e efetivado.

A implementação do Programa de Formação Continuada Escola da Terra produziu novas demandas e perspectivas, grande parte já abordadas neste texto, todavia, vale destacar, entre elas, a ampliação e aprofundamento dos conteúdos e conhecimentos, bem como a expansão do percurso formativo (continuidade do programa).

Nesse sentido, conclui-se com uma avaliação, reconhecidamente positiva, da experiência em tela, que resultou na proposta de desenvolvimento da Segunda Edição do



referido Programa, apresentada pelo MEC/SEMESP à UnB/FUP e, posteriormente, à SEEDF, neste segundo semestre de 2020.

Encontram-se em curso articulações e tratativas formais, operacionais e político-pedagógicas entre os três órgãos/instituições envolvidos, visando à implementação da nova edição do curso, com o desafio de que o desenho pedagógico e metodológico represente os avanços necessários e dialogue com as expectativas e lições produzidas em decorrência da primeira edição, além do fato de estar sendo construído no contexto da pandemia da Covid-19 - emergência de saúde pública de importância internacional - que ora enfrentamos.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, M. G. *Outros Sujeitos, Outras Pedagogias*. 2ed, Petrópolis, Vozes, 2014.

ARROYO, M. G. A experiência das lutas e as conquistas no âmbito das Políticas Públicas para a Educação do Campo - uma entrevista de Miguel G. Arroyo para a RCC. *Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal*, [S.l.], v. 5, n. 4, p. 142-144, nov. 2018. ISSN 2359-2494.

CALDART, R.; PEREIRA, I.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Expressão Popular. 2013.

CENSO ESCOLAR. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. SEEDF, 2019. Disponível em: <http://www.educacao.df.gov.br/censo-escolar/> [Acesso em 2019]

CURRÍCULO EM MOVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal: Brasília, 2014.

DECRETO Nº 7352, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2010. *Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária* — Pronera, 2010.

DIRETRIZES OPERACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA DAS ESCOLAS DO CAMPO. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Brasil, 2012.

DIRETRIZES PEDAGÓGICAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO CAMPO DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF, Brasília: SEEDF, 2019.

EDUCAÇÃO DO CAMPO: MARCOS NORMATIVOS. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. MEC/SECADI, 2012.

GATTI, B. Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década. *Revista Brasileira de Educação*. Vol. 13, núm. 37, abril, 2008, pp. 57-70.

LIMA, C.; JÚNIOR, J. A Educação Superior é Mercadoria ou Direito no âmbito da Organização Mundial do Comércio? 2004.

PARECER CNE/CEB Nº: 1/2006, de 1 de fevereiro de 2006. Ministério da Educação, Brasil, 2006.

PLANO DISTRITAL DE EDUCAÇÃO (PDE), Lei nº 5.499, de 14 de julho de 2015. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. SEEDF, 2015.

PORTARIA 419, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2018, Brasília: SEEDF, 2018. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - PNE [2014-2024]. Aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.

POCHMANN, M. Tendências e debates. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 12 mar. 2007.

PORTARIA MEC/SECADI nº 86, de 1 de fevereiro de 2013. Programa Nacional de Educação do Campo – Pronacampo. Ministério da Educação. 2013.

PROGRAMA ESCOLA DA TERRA – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pnlem/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/18725-escola-da-terra>>. [Acesso em: out. 2018].

PROJOVEM CAMPO: SABERES DA TERRA. Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/projovem-campo--saberes-da-terra>>. [Acesso em: out. 2018]

REGIMENTO INTERNO DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL. Decreto nº 38.631, de 20 de novembro de 2017, SEEDF: Brasília, 2018.

RESOLUÇÃO CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002. Brasil, 2002.

RESOLUÇÃO CNE/CEB nº 2, de 28 de abril de 2008. Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Brasil, 2008.

RESOLUÇÃO CNE/CEB *nº* 4, de 13 de julho de 2010, Capítulo II Seção IV Educação Básica do Campo.

RIBEIRO, D.M.C. A Experiência de implantação da Educação do Campo na rede pública de ensino do Distrito Federal – 2012 a 2017. *Revista Consenso*. Cadernos RCC#15, v.5. n.4. Novembro de 2018 – Dossiê Temático Abrindo Trilhas para a Educação do Campo.

SANTOS, C. *Por uma Educação do Campo*. In: Fernandes, B. M. Educação do Campo: campo- políticas públicas – educação. Brasília: Incra; MDA, 2008. 109p.

SOUZA, C. Da Educação Rural à Educação do Campo: Caminhos Percorridos por Escolas do Meio Rural do DF. 2018.